

Do neoliberalismo de terceira via ao “novo desenvolvimentismo”: o réquiem “social liberal” na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira.¹

Leonardo Brito – PPGH/UFF – Colégio Pedro II/RJ

Resumo:

O artigo em tela é parte integrante de uma tese de doutorado em fase final de redação no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Tem como objeto analisar a relação entre “social liberalismo” e “novo desenvolvimentismo” na obra do ex-ministro e economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. De forma mais específica, procuramos apontar no itinerário da produção acadêmica de Bresser-Pereira, entre 2004 e 2014, a construção e publicização da ideia de “novo desenvolvimentismo”, categoria bastante presente na produção intelectual recente do ex-ministro da Fazenda (1987) e da Administração e Reforma do Estado (1995-1998).

Palavras chave: novo desenvolvimentismo, intelectuais, social liberalismo, Bresser-Pereira, macroeconomia.

1- Introdução:

Nosso trabalho tem como escopo primacial demonstrar a seguinte hipótese: o “social liberalismo” ou “abordagem social liberal”, defendido na década de 1990 pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, no corolário acerca da proposta (contra) reformista do Estado brasileiro, deslizara na primeira década do século XXI para o que atualmente o ex-ministro de Estado qualifica como “projeto *novo desenvolvimentista*” ou “macroeconomia do desenvolvimento”. Na prática, uma retomada sob outros termos do social liberalismo tal qual proposto para o PSDB nos anos 1990, mas nunca alcançado por este. Consolidado o consenso acerca do fracasso do receituário monetarista ortodoxo, hegemônico na década anterior, evidenciado os efeitos sociais deletérios do modelo privatista e dependente implementado nos governos Cardoso e caracterizada a novíssima dependência da economia brasileira, Bresser-Pereira se reaproxima, no campo teórico, das correntes

¹ Leonardo Brito. Doutorando em História Social pelo PPGH-UFF professor efetivo do Departamento de História do Colégio Pedro II/RJ.
Área Temática 03: Brasil e América Latina: Séculos XX e XXI.

neokeynesianas e estruturalistas que retomam fôlego no debate econômico acerca das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas após a avalanche liberal privatista que caracterizara o período anterior.

Interessante notar que o (re)florescer dos (neo)keynesianos e (neo) estruturalistas no Brasil coincide com o êxito do pacto político eleitoral que conduz o Partido dos Trabalhadores e o ex-metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva à presidência da República nas eleições de 2002. Apesar de manter intacto o tripé básico que sustenta o modelo macroeconômico erigido com o *Plano Real*, os governos *Lula* e *Dilma Rousseff I* apresentam matizes em relação ao período anterior. Houve desde 2003, no Brasil, uma tentativa de apontar para medidas heterodoxas ou anticíclicas no plano microeconômico, mas num ambiente onde a macroeconomia neoclássica e monetarista ainda funciona como sustentadora do modelo maior. O período de doze anos que marca os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014) possuem inflexões importantes a serem observadas (o 1^a governo do PT fora marcado, como bem aponta a economista Leda Maria Paulani², por um aprofundamento de medidas econômicas de caráter restritivo e liberal, tão conhecidas, e até então criticadas pelo PT até 2002).

Tendo como pano de fundo as rupturas e continuidades, o “pacto de compromisso”, o “reformismo quase sem reformas”³ ou o pretenso “novo desenvolvimentismo” dos períodos Lula e Rousseff, pretendemos nesta análise apresentar na produção teórica *bressiana* a sua filiação ao que passara a chamar de “novo desenvolvimentismo” ou “macroeconomia do desenvolvimento”.

² Para pormenores deste debate que será o pano de fundo para a apresentação de nossa hipótese ver: PAULANI, L. M. “Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), out-dez/2003. Da mesma autora, dois artigos seminais e foram extremamente relevantes para ilustrar o ambiente macroeconômico que “abriga” nossa hipótese: “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” *Crítica Marxista*. Unicamp. Nº 19. Jun/2006 e “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento” In OLIVEIRA, F; BRAGA, R & RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial. 2010. Também para um panorama amplo, mas minucioso sobre os dois primeiros governos do PT: MAGALHÃES, João Paulo *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. São Paulo. Garamond Editora. 2010.

³ Tomamos de empréstimo a expressão de Valério Arcary no livro *Um Reformismo quase sem Reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução brasileira*. São Paulo. Sundermann editora. 2012.

O itinerário destas categorias na obra de Bresser-Pereira é demonstrado ao longo do texto, bem como seu movimento de aproximação programática e ideológica ao atual bloco no poder, marcado pela aliança entre PT e PMDB que sustentara em âmbito político eleitoral os governos Lula e Dilma Rousseff. De fato, o *policy maker* no aparelho de Estado (na segunda metade da década de noventa) sai de cena e adentra o economista heterodoxo (que nas palavras do próprio Bresser, fazia críticas reservadas ao monetarismo da equipe econômica dos dois governos tucanos, mas que se rendera “um pouco” ao neoliberalismo tão em voga na década anterior⁴). O debate proposto pelo ex-ministro sobre Estado e opções de desenvolvimento desliza da politologia e do *gerencialismo* administrativo, que marcam o vocabulário de seus artigos e ensaios nos anos noventa, para a retórica e tecnicidade econômica. No entanto, a capacidade de articulação e ingerência de Bresser na “comunidade epistêmica” dos economistas neokeynesianos e neoestruturalistas se mantém a mesma dos tempos outrem. Como um dos articuladores da chamada *proposta de São Paulo* de 2004, em torno da “nova estratégia de desenvolvimento” (sustentada por três pilares: poupança nacional, a escolha de um regime de câmbio favorável ao incremento industrial e “Estado como vetor das opções coletivas”⁵), nas palavras de um dos signatários do “novo consenso” a ser elaborado e prescrito para economias emergentes como a brasileira, Bresser-Pereira mantém ativa atuação intelectual no debate econômico nacional, convergindo programática e ideologicamente, neste contexto (2004-2014), com as hostes governistas. Desfilado voluntariamente do Partido da Social Democracia Brasileira desde 2011, Bresser se projeta como interlocutor, no campo acadêmico e fora dele, como um expoente do chamado “novo desenvolvimentismo”. O percorrer da trajetória e do movimento desta “categoria” (que ganha corpo no debate político/econômico atual) na obra de Bresser é fundamental para

⁴ Bresser Pereira deixa o PSDB. Entrevista dada a Maria Inês Nassif, do jornal *Valor Econômico*, em 09/04/2011. Republicada em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>. Literalmente as palavras do ex-ministro em 2011: “No governo Fernando Henrique, ou nos anos 90, a hegemonia neoliberal foi muito violenta. Foi tão violenta que também atingiu a mim. Não escapei dela...” Ao ser questionado pela entrevistadora se caíra no conto da globalização, responde sem deixar de transparecer seu constrangimento: “Um pouco. Não totalmente, mas ninguém é de ferro. O grande problema da social-democracia é que ela se deixou influenciar, no mundo inteiro”.

⁵ “A proposta de São Paulo”, como fora chamada pelo economista regulacionista francês Robert Boyer, na apresentação do livro de Bresser-Pereira, *Globalização e competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso e outros não*. São Paulo. Campus/Elsevier. 2010.

demonstrarmos a convergência “inusitada” entre Bresser e o PT. Quem mudara de lado? De que lado estaria o transformismo histórico/ideológico? A convergência se dá em função do movimento de ambos e, neste sentido, buscaremos afirmar, a partir de uma perspectiva crítica ao “novo desenvolvimentismo” (no plano econômico) e ao “lulismo”⁶ (no plano político eleitoral *stricto sensu*): O réquiem “social liberal” dos anos 1990 fora revisitado e agora sob outros termos, mas expressando como nunca a dominação de classes no país. A “direção moral”, no sentido gramsciano da expressão cabe ainda aos destinatários da “Carta ao povo brasileiro”⁷, formulada pela candidatura de Lula às vésperas da vitória eleitoral de 2002, a fim de não ser admoestado pelos *rentistas*, garantindo assim a “governabilidade”, tal qual entendida no período *tucano*. Mas voltemos ao nosso objeto de estudo.

Partindo destes pressupostos e buscando analisar o debate sobre a conjuntura macroeconômica dos últimos dez anos, cabe-nos, especificamente, o recorte acerca da ideia de “novo desenvolvimentismo” na obra de Bresser-Pereira. Refazer de alguma forma o itinerário deste conceito na produção intelectual do ex-ministro nos últimos anos. Situamos o “embrião teórico” deste debate, no Brasil, na “retomada” que Bresser-Pereira faz da crítica seminal de Joseph Stiglitz, ex-diretor do Banco Mundial, ao corolário monetarista ortodoxo do Consenso de Washington.

2- A crítica seminal de Stiglitz à ortodoxia convencional: O Pós Consenso de Washington (1997):

Na segunda metade dos anos 1990 o fracasso dos ditames da ortodoxia convencional, traduzidas pelas ideias do Consenso de Washington, já se mostravam bastante evidentes. Os efeitos do modelo econômico defendido majoritariamente pelas

⁶ De forma crítica, apreendemos para fins de exposição de nossa hipótese o conceito de *Lulismo*, tal qual discutido pelo cientista político e jornalista André Singer em sua tese de livre docência: SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo. Companhia das Letras. 2012. Um fato não pode deixar de ser mencionado para fins de comprovação de nossa hipótese: Bresser-Pereira foi um dos arguidores convidados para participar da Banca do Concurso de livre docência de Singer, ex-porta-voz da Presidência da República do governo Lula, entre 2003 e 2007.

⁷ Documento que servira para acalmar os mercados ao afirmar a continuidade dos paradigmas de política macroeconômica (monetária e fiscal) herdados do período anterior. Formular (manter) uma agenda (restritiva e conservadora) para a “crise brasileira”.

instituições de Washington já se faziam notar em diversas partes do mundo. Da trajetória destrutiva esboçada pelos países egressos do socialismo real à “dualização social” das economias das demais nações em desenvolvimento. O cenário de baixo crescimento, recessões, ajustes fiscais e crises cambiais marcavam os Estados latino-americanos, naquele contexto. Tal conjuntura reverberou de imediato no *establishment multilateral* das instituições de Washington. A autocrítica ao “corolário de Washington” (ainda que com muitos limites) não tardaria para vir. O próprio idealizador do conceito, o economista inglês John Williamson, publicaria já em 1996 o artigo intitulado *The Washington Consensus Revisited*.⁸ No entanto, partiu do então economista chefe do Banco Mundial e ex-consultor econômico do governo Clinton, Joseph Stiglitz, aquela que seria considerada a crítica de maior fôlego (advinda do próprio *mainstream*) à ortodoxia convencional apregoada pelo Consenso de Washington. O artigo publicado originalmente em 1997, *The Post-Washington Consensus*, garantiu a Stiglitz a alcunha de “Rebel Whitin” (o rebelde de dentro), segundo palavras do economista institucionalista sul coreano Há Joon Chang.⁹ Neste seminal artigo, ainda que a crítica de Stiglitz não desconstrua por completo muitos dos objetivos elencados pelo Consenso, o então economista chefe do Banco Mundial realiza uma contundente crítica à “fé irracional” dos mecanismos de mercado defendidos pela ortodoxia convencional.¹⁰ Não é exagero dizer que, com esta crítica ao receituário liberal, antiestatista e desregulamentador, Stiglitz dá novo ímpeto e fornece as bases iniciais para a retomada do pensamento neokeynesiano nos anos 1990, período

⁸ FIORI, José Luis. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Record. 2002. P. 88.

⁹ CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*: São Paulo: UNESP. 2004.

¹⁰ Neste mesmo ano de 1997, o *World Development Report* do Banco Mundial, cujo emblemático título *The State in a changing World* ofereceria argumentos muito consistentes na direção da “retomada” do papel do Estado. Segundo esse relatório, “o que era necessário, eram teorias sobre como se fazer instituições públicas mais robustas e capacitadas e como conectá-las mais eficientemente à sociedade civil” (EVANS. 1998:52). A resposta aos “neoutilitaristas” apresentada por “abordagens institucionalistas comparativas” como a do sociólogo norte-americano Peter Evans e do sul coreano Chang mostra, de forma muito didática, a tônica da crítica originária das fileiras do Banco Mundial ao consenso ortodoxo predominante nos anos noventa. Ortodoxia esta que vaticinava o papel Estado a um “mínimo necessário”. A crença de que o controle burocrático estatal deveria ser substituído pelos mecanismos de mercado, sempre que possível. Ver: EVANS, P. “Análise do Estado no Mundo Neoliberal: Uma abordagem institucional comparativa”. *Revista de Economia Contemporânea*. Nº 4, Jul-Dez. de 1998.

historicamente marcado pelo pensamento único e convergência com os postulados do livre mercado, redução do papel do Estado e aberturas comercial e financeira, tal qual defendidos pelo governo dos EUA e pelas instituições multilaterais de Washington: FMI e o Banco Mundial.

Em publicação posterior, *A Globalização e seus malefícios: promessas não cumpridas de benefícios globais*, de 2002, Stiglitz “voltaria à carga” contra as instituições multilaterais sediadas em Washington. Embora perceba a globalização como algo que em tese “trouxera benefícios”, Stiglitz reconhece (mais uma vez) a responsabilidade dos artífices da “globalização neoliberal” sobre a conjuntura de estagnação, crise e acentuada pobreza que marcaria as economias em desenvolvimento, que, via de regra, seguiram à risca os postulados da ortodoxia convencional. “Se a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade.¹¹ As crises na Ásia e na América Latina ameaçaram as economias e a estabilidade de todos os países em desenvolvimento. Existe o medo do contágio financeiro se espalhar por todo o mundo, de que a queda da moeda de um mercado emergente signifique que outras também virão a cair. Por algum tempo, em 1997 e 1998, a crise asiática parecia representar uma ameaça para a toda a economia mundial”.¹² É neste sentido que, segundo Stiglitz, a globalização proposta pela ortodoxia monetarista se traduziria em efeitos desastrosos para os países emergentes: a desregulamentação financeira, abrupta abertura comercial e acentuada ampliação da vulnerabilidade econômica destes países. O risco de desintegração do tecido social a ampliação das desigualdades nas nações emergentes foram o resultado direto do modelo macroeconômico assentado na receita liberal que, apesar de malfadada no Chile e em países desenvolvidos como a Grã Bretanha de Margaret Thatcher nos anos 1970/80, fora apresentado pedagogicamente para as nações emergentes após o “Consenso de Washington” em 1989.

¹¹ A ideia de “estabilização” defendida por Stiglitz, tanto no *Post-Washington Consensus*, quanto em *Globalização e seus malefícios* difere muito da noção de “estabilidade de preços” tão arduamente defendida pela ortodoxia convencional. Stiglitz defende que “estabilidade macroeconômica” é algo que vai além do mero “controle inflacionário”, significaria em linhas gerais a redução da vulnerabilidade financeira externa do país.

¹² STIGLITZ, J. A *Globalização e seus malefícios*. São Paulo, Futura. 2002. P. 32.

Em ambos os textos o argumento de Stiglitz caminha numa direção: Até onde as instituições de Washington deveriam prescrever modelos macroeconômicos padronizados para os países emergentes? O burocratismo do *mainstream* das instituições financeiras como o FMI, nas palavras de Stiglitz, se traduzia em modelos pré-concebidos de política econômica. Políticas fiscais e monetárias recessivas, ausência de controle do fluxo de capitais, abertura comercial e privatização de monopólios estatais formariam o cerne das recomendações de Washington para nações emergentes (como as latino-americanas, suscetíveis a esse corolário em função do fracasso do modelo desenvolvimentista clássico). As rígidas prescrições da ortodoxia convencional tornar-se-iam um fim em si mesmo, ou seja, “camisas de força” para os países que as adotavam. Na avaliação de economistas políticos institucionalistas como Ha Joon Chang representariam o boicote à possibilidade de desenvolvimento (ou *catching up*) das economias emergentes.¹³ Um modelo de políticas macroeconômicas rejeitado pelos próprios proponentes. Nos dizeres de Prado¹⁴:

“Para os países em desenvolvimento recomendam-se políticas rejeitadas nos países desenvolvidos desde que Hoover foi presidente do EUA; para os países avançados, aplicam-se os princípios básicos da macroeconomia keynesiana. Naqueles países, em caso de recessão e desemprego recomendam-se a redução do déficit público e a flexibilização do mercado de trabalho; para os últimos, aplicam-se a redução das taxas de juros e seguro desemprego. Para os países em desenvolvimento, recomendam-se a redução das barreiras tarifárias e o corte de subsídios; para os países desenvolvidos, aceitam-se o protecionismo em produtos industriais, como têxteis e subsídios para a agricultura”.

O viés teórico/ analítico keynesiano de Stiglitz resgataria, outrossim, o papel efetivo do Estado na construção e execução de uma estratégia de desenvolvimento

¹³ CHANG, Ha Joon. *Op cit.* P. 17. Chang se apropria da famosa expressão “chutar a escada” do mercantilista alemão F. List, quando este afirmava com sarcasmo que “qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre comércio e, em tom penitente, declarar que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade”. LIST, F. *The National System of Political Economy* (1885) *apud* CHANG. P. 17.

¹⁴ PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A política econômica deles, e a nossa... uma resenha de *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*”. *Revista de Economia Contemporânea*. vol.11 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2007.

econômico que se propusesse como alternativa à ortodoxia convencional. A reativa de Stiglitz à fé nas reformas *market oriented* propostas pelas burocracias financeiras internacionais apresenta o seguinte pressuposto: “mercados fortes” podem (e devem) coexistir com “Estados fortes”. Mecanismos de “governança estatal” poderiam “corrigir as falhas de mercado” e, no limite garantir crescimento com equidade social. As palavras chave deste “novo consenso” deveriam ser, segundo Stiglitz, “sustentabilidade, democracia e equidade. E a nova estratégia deveria começar por uma redefinição completa do papel do Estado e dos governos como *agentes reguladores* e co-responsáveis pelo provimento da infraestrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial.”¹⁵ O vaticínio ao Estado, tão propalado pela ideologia de outrora, caía por terra diante dos evidentes resultados negativos da agenda política e econômica restritiva, liberal e desregulamentadora difundida nos países latino-americanos. Abria-se com isso espaço novamente para a análise de corte keynesiano, na América Latina (em especial no Brasil) e que teria nas reflexões do ex-economista chefe do Banco Mundial lastro, inspiração e ponto de partida. Ainda que com alguns anos de atraso (os anos iniciais da primeira década do século XXI) o consenso do “pós-consenso de Washington” se traduziria no Brasil na construção de um “novo modelo de desenvolvimento” (pretensão) com nuances em relação à ortodoxia convencional, mas que também buscaria superar os propósitos do “antigo desenvolvimentismo” (chamamos aqui também de “desenvolvimentismo clássico”). Entra em cena no debate acerca das possibilidades de desenvolvimento no Brasil a economia política do “Novo Desenvolvimentismo” que teria como seu maior publicista o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.¹⁶

¹⁵ FIORI. *Op. cit.* p. 89.

¹⁶ A literatura sobre o “Novo desenvolvimentismo” é relativamente recente no Brasil. Lanço mão nesta análise das produções do economista, professor do IE da UFRJ, João Sicsú, além do já mencionado Bresser-Pereira. Neste debate, segundo a economia política de viés institucionalista haveria, a despeito da proximidade terminológica, diferenças entre “Novo desenvolvimentismo” e “Neodesenvolvimentismo”. O primeiro tratar-se-ia, segundo os autores, de uma estratégia de desenvolvimento que nega por completo os parâmetros macroeconômicos da ortodoxia monetarista convencional, enquanto o segundo coexistiria nos “anos Lula” (2003-2010), como “convenção de desenvolvimento”, com outra convenção “institucionalista restrita” (esta predominante). A análise do economista Fábio Erber faz um interessante balanço e detalhamento destas opções de desenvolvimento. Ver ERBER, F. *As Convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: Um ensaio de economia política*. Versão modificada do artigo publicado na Revista *Insight Inteligência* (Ano XI, nº44, março de 2009). Em nosso ponto de vista essa dualidade “novo” X “neo” buscada pelos institucionalistas é uma falsa controvérsia.

3-O Novo Desenvolvimentismo ou a “Proposta de São Paulo”:

O ponto de partida do debate público (para além da universidade) acerca do “Novo Desenvolvimentismo” encontra-se num didático artigo publicado por Bresser-Pereira no periódico *Folha de São Paulo*, em setembro de 2004. No texto intitulado *O Novo Desenvolvimentismo* Bresser é taxativo ao apresentar a “nova estratégia de desenvolvimento” como a via alternativa a ser seguida em oposição aos ditames da ortodoxia convencional predominante no Brasil na década anterior. O mote do argumento de Bresser neste artigo foi, não por acaso, a afirmação de Antônio Ermírio de Moraes (presidente do grupo Votorantin), que dizia que “estava na hora do Brasil ter um plano de desenvolvimento como fora o desenvolvimentismo do governo JK”.¹⁷

Fomentado por manifestações como essas, de expoentes do segmento empresarial brasileiro, que Bresser dá início ao que ele chama de retomada do debate acerca sobre o desenvolvimento, definindo o “Novo Desenvolvimentismo” como “uma nova estratégia nacional de desenvolvimento”. Uma estratégia alternativa não apenas à ortodoxia convencional, mas também ao antigo nacional desenvolvimentismo latino americano. Nestes termos, Bresser apresentava:

“O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se (sic) em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios. Quais as diferenças fundamentais do novo desenvolvimentismo em relação ao antigo? E quais suas diferenças com a ortodoxia convencional?”¹⁸

¹⁷ BRESSER-PEREIRA. *O Novo Desenvolvimentismo*. “Folha de São Paulo”. 19/09/2004. Consultado em www.bresserpereira.org.br, Vale mencionar que Antônio Ermírio de Moraes compunha neste período o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) criado pelo 1º governo Lula em 2003. Para uma ampla análise do empresariado brasileiro na construção da hegemonia burguesa no Brasil no CDES ver: GUIOT, A. *Dominação Burguesa no Brasil: Estado e Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese de doutorado. PPGH/UFF. 2015.

¹⁸ *Idem ibidem*.

A “nova estratégia” colocava-se, desta forma, como uma espécie de “terceiro discurso” entre o monetarismo ortodoxo, hegemônico nos anos 1990, e a antigo modelo nacional desenvolvimentista de base estruturalista – cepalina, presente nos países latino-americanos a partir da década de 1950-. O “Novo desenvolvimentismo” como um tipo ideal weberiano ¹⁹, em boa medida, inspirado no êxito das opções de desenvolvimento adotadas pelos países do Leste asiático de crescimento acelerado (China e “Tigres asiáticos”- em especial a Coreia do Sul). Países que, segundo Bresser, rejeitaram os ditames das políticas macroeconômicas oferecidas pelas instituições de Washington e, em função disso, apresentaram elevadas taxas de crescimento e industrialização (com destaque ao crescimento sólido de setores industriais de médio e alto valor agregado). Países de renda média que conseguiram alcançar seu *catching up* adotando um conjunto de políticas que priorizara as exportações e um crescimento econômico baseado na geração de uma sólida poupança interna.

Em termos mais estritamente teórico-analíticos, o “Novo Desenvolvimentismo” tem diversas origens, entre as quais a já mencionada inspiração Keynesiana²⁰, e a visão cepalina neo-estruturalista que, “tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdade sociais nos países da região, defende a adoção de uma estratégia de ‘transformação produtiva com equidade social’ que permita compatibilizar crescimento econômico sustentável com equidade social”.

¹⁹ A definição de tipo ideal, no sentido Weberiano, para situar analiticamente o “Novo Desenvolvimentismo” é utilizada pelo próprio Bresser-Pereira na apresentação do livro *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso outros não?*

²⁰ Segundo o economista João Sicsú, podemos destacar keynesianos contemporâneos, além de Stiglitz (1999), as análises de Paul Davidson (1994). Especificamente: STIGLITZ, J. “More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington Consensus”. *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº 1, jan/mar. 1999 e DAVIDSON, P. *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Cheltenham. Edward Elgar. 1994, citados por SICSÚ (2005:2). Em linhas muito gerais, no cerne do argumento dos dois economistas nekeynesianos está embutida a noção de complementaridade entre Estado e Mercado.

No artigo *Por que Novo Desenvolvimentismo?*²¹ João Sicsú faz um apanhado bastante elucidativo das linhas gerais da estratégia Novo Desenvolvimentista tal qual proposta inicialmente por Bresser-Pereira. Numa tratativa que se apresenta como resposta aos defensores do livre-mercado e do Estado mínimo, afirma que “a alternativa novo desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia” que, segundo o autor, deve ser constituída “por um mercado forte e um sistema financeiro funcional”, voltado à esfera produtiva real e não para a atividade especulativa.”²² Ademais, haveria a necessidade de se buscar “formas inteligentes” de ação estatal, complementares à ação privada. A noção de complementaridade entre Estado e Mercado seria, para Sicsú, pressuposto que orientaria uma “Reforma da Gestão Pública” voltada para a criação de mecanismos “eficientes” de ação estatal. Uma gestão que buscasse “aproximar as práticas dos gerentes públicos às dos privados, tornando-os ao mesmo tempo mais autônomos e responsáveis perante a sociedade.”²³ Um Estado forte (eficiente) capaz de regular a concorrência a preservação do “interesse público”. Assim:

“Um Estado forte pode regular a concorrência- o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca pela redução dos custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e, onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado”.²⁴

Assim, para os adeptos da “estratégia” do “Novo Desenvolvimentismo”, o Estado deve ser forte no sentido de garantir ao governo condições (políticas) para implementação

²¹ SICSÚ, J; PAULA, L. F. & Michel, R. *Por que Novo Desenvolvimentismo?* Versão ampliada e midificada da introdução feita pelos autores para a coletânea *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri/ Rio de Janeiro. Manole/ Fundação Konrad Adenauer. 2005.

²² Idem. p. 8.

²³ Nota-se que, em relação à atuação do Estado, Sicsú retoma os argumentos de Bresser-Pereira, gestados desde os anos noventa, sobre a “reforma gerencial do Estado”. Cita, em especial, o livro *Democracy and Public Management Reform: building the republican State*. Oxford: Oxford University Press. 2004. Publicado com título homônimo em português, em 2009.

²⁴ Idem. P. 9.

de ações macroeconômicas “defensivas” ou “expansionistas”. Políticas “defensivas” seriam aquelas capazes de reduzir as suscetibilidades do país às crises cambiais e “expansionistas” seriam aquelas de caráter anticíclico, adotadas num contexto recessivo e que objetivariam a promoção do pleno emprego. Um Estado (e suas instituições) capaz de prover a definição e coordenação de novas modalidades de inserção internacional. Da mesma forma, “conciliar estabilidade econômica, crescimento sustentado e maior equidade social.”²⁵

4-Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo: a abordagem de Bresser-Pereira:

Em publicação posterior, Bresser-Pereira viria a realizar uma abordagem mais sistemática e explicativa do que qualifica como “Novo Desenvolvimentismo”. No artigo publicado em 2009, *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo*²⁶, o ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado lança mão de uma argumentação bastante elucidativa acerca da necessidade de adoção de uma estratégia de desenvolvimento de caráter nacional e que se sustente a partir de uma ampla coalização de poder. O “Novo Desenvolvimentismo” adviria daí, se constituindo não como uma teoria econômica propriamente dita, mas numa estratégia baseada, em linhas gerais, na ideia de complementaridade entre Estado e Mercado. *Ipsis literis*, Bresser define esta nova estratégia como “um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países que ele qualifica como de “renda média” [Brasil, por exemplo] procuram alcançar os países desenvolvidos. Não se trata de uma teoria econômica, mas uma estratégia baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento”.²⁷ Assim, o “Novo desenvolvimentismo”, a despeito de suas bases teóricas de corte estruturalista cepalino, apresentar-se-ia como uma espécie de “Terceiro

²⁵ DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2007. PP. 11-16.

²⁶ Publicado originalmente em inglês; “From Old to New Developmentalism in Latin America”. *Textos para discussão*. Junho de 2009 – Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas-SP .

²⁷ BRESSER-PEREIRA. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Textos para discussão; EESP-FGV, Novembro de 2010. P. 17. Versão em português.

discurso”²⁸ entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional presente nos postulados das instituições de Washington.

As diferenças fundamentais entre o “Antigo” e o “Novo Desenvolvimentismo” seriam ponto a ponto apontadas por Bresser. A antiga estratégia desenvolvimentista (chamamos aqui também de desenvolvimentismo latino-americano clássico) partia do pressuposto de que desenvolvimento econômico é sinônimo de industrialização.²⁹ A ênfase no modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) explica-se a partir disso. Protecionismo econômico, protagonismo do Estado na geração de poupança forçada e investimento direto seriam aspectos fundamentais da concepção nacional-desenvolvimentista clássica. Por outro lado, para o “Novo Desenvolvimentismo” a industrialização dos países de renda média já seria um dado da realidade destas nações. São países “que já completaram ou estão envolvidos em suas próprias revoluções capitalistas; estão dotados de um estoque de capital que não existia antes, capaz de financiar os investimentos; estão dotados já de classes empresariais, profissionais e trabalhadores capazes de modernizar seus países”.³⁰ O crescimento econômico deveria estar lastreado pela coexistência entre um sólido mercado interno e uma estratégia de expansão industrial. Além disso, as diferenças básicas entre o desenvolvimentismo clássico e o “Novo desenvolvimentismo” estariam no campo das variáveis macroeconômicas. Enquanto o “Antigo desenvolvimentismo” agiria com certa complacência em relação aos déficits fiscais e com a inflação, o “Novo desenvolvimentismo” agiria à luz de uma rígida disciplina fiscal e controle de preços. A experiência brasileira com a hiperinflação nos anos 1980 não permitiria, segundo Bresser, abrir mão da estabilidade de preços alcançada na década posterior com o *Plano Real*.

No que tange ao papel do Estado, propriamente dito, há diferenças fundamentais entre o “Antigo” e o “Novo desenvolvimentismo”. Sob o nacional desenvolvimentismo “clássico” os Estados deveriam assumir uma postura central no planejamento do

²⁸ *Idem Ibidem.*

²⁹ Vale mencionar também que a crítica a este pressuposto viria, no início dos anos 1960, das próprias fileiras do pensamento estruturalista-cepalino. Celso Furtado já em 1961 reconheceu que industrialização tal qual preconizado pelos nacional-desenvolvimentistas não necessariamente geraria desenvolvimento econômico. Ver FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ, Fundo de Cultura, 1961.

³⁰ *Idem*. P. 22.

desenvolvimento capitalista. De forma mais específica, o Estado deveria assumir um papel ativo na geração de poupança forçada (consolidação e expansão de um mercado interno) e, investir não apenas em setores monopolistas, mas também naqueles que exigissem grandes somas de capital – pouco acessíveis para o incipiente capital privado nacional. O Estado fazia investimentos diretos em infraestrutura e indústria pesada. Já sob a ótica da nova estratégia desenvolvimentista, tal qual preconizada, o Estado deveria também agir para geração de poupança forçada, investir e fomentar setores considerados estratégicos para o país. No entanto, o “Novo desenvolvimentismo” parte do pressuposto que o setor privado nacional possui sólidas condições para o investimento em geral. Caberia ao Estado um papel –gerencial- de coordenar e criar oportunidades de investimento para o setor privado, bem como reduzir as desigualdades econômicas e as “falhas” pertinentes à atuação do Mercado. Ao mesmo tempo em que a estratégia do “Novo desenvolvimentismo” negaria o vaticínio do Estado tal qual proposto pela ortodoxia convencional, rejeitaria também o argumento burocrático-estatista, segundo Bresser-Pereira. Para ele um Estado excessivamente centralizado inibiria oportunidades de investimento e crescimento fomentadas pelo Mercado: “O Estado não deveria ser um investidor; ao contrário, deve-se concentrar em defender e garantir a concorrência”.³¹ Vale grifar que, segundo a ótica do “Novo desenvolvimentismo”, o financiamento estatal – com poupança pública e não com endividamento- não deixaria de estar presente como fomento à atividade econômica em geral.³² Em suma, para Bresser, o “Novo desenvolvimentismo” deve estar assentado sobre ‘uma política macroeconômica competente’, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e combate à sobreapreciação cambial”.³³ Esta última, registrada como uma tendência estrutural de economias exportadoras de *commodities* como a brasileira que na última década apresentaram sobreapreciação.

³¹ *Idem ibidem.*

³² Embora Bresser não faça referência literal, o papel do Estado, tal qual defendido por ele em seu “tipo ideal” “Novo desenvolvimentista”, em muito se assemelha com o que fora adotado nos governos Lula (2003-2010) e no 1º governo Dilma Rousseff (2010- 2014), traduzido em ações de política econômica como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) inaugurado em janeiro de 2007. A ideia de “indução” do setor público para com a atividade econômica norteia tal programa que, previa entre 2007 e 2010 um investimento de 503,9 bilhões de reais em infraestrutura. Fonte: [Veja alguns pontos do PAC divulgados pelos ministros. Economia: pacote econômico. Globo.com, 22 de janeiro de 2007.](#)

³³ BRESSER-PEREIRA. *Op .cit.* 2010. p. 22.

O quadro a seguir esboça em linhas gerais as diferenças entre o “Antigo” e o “Novo desenvolvimentismo”, segundo Bresser Pereira ³⁴

ANTIGO DESENVOLVIMENTISMO	NOVO DESENVOLVIMENTISMO
1. Industrialização baseada na substituição de importações.	Crescimento orientado por um modelo de exportação de produtos de médio e alto valor agregado (Exporte-led model) combinado com um robusto mercado doméstico.
2. Atuação direta do Estado para obtenção de poupança interna forçada e investimentos diretos	O Estado se “supõe” como criador de oportunidades de investimento e responsável pela redução das desigualdades.
3. Política Industrial centralizada	A política industrial é subsidiada. O novo desenvolvimentismo apoia uma política de estímulo industrial, mas rejeita sua preponderância: “Mais importante do que uma política industrial é uma política macroeconômica competente baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e uma taxa de câmbio competitiva” (p.23)
4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários .	Absoluta rejeição aos déficits fiscais (equilíbrio fiscal e superávits são condições “pétreas” para esta estratégia de crescimento)
5. Relativa complacência com a inflação.	Sem complacência com a inflação.

³⁴ Elaborado por Bresser-Pereira. *Op cit.* 2010. P. 22.

5- A resposta à ortodoxia convencional: O “Novo desenvolvimentismo” e as teses de “Proposta de São Paulo”.

Embora a discussão acerca sobre as estratégias de desenvolvimento a serem adotadas tenha, por razões óbvias, uma evidente ênfase no campo econômico (em especial no campo da macroeconomia), não se pode negligenciar o caráter político que norteia tal debate.³⁵ Não há “ideias puras” no campo da economia política e por isso toda e qualquer discussão desta natureza perpassa por um evidente viés político. As ações de política macroeconômica derivam invariavelmente das opções políticas de seus artífices. Neste sentido, os artífices, sejam eles intelectuais acadêmicos, *policy makers* propriamente ditos ou ambos, do “Novo Desenvolvimentismo”, tem clareza de que o “pacto fundante” da “estratégia” preconizada estaria assentado na construção de um consenso para consolidação das ideias que balizam a referida proposta. Perpassa a argumentação dos artífices intelectuais no “Novo desenvolvimentismo” o pressuposto que afirma que historicamente os países [em desenvolvimento] só conseguirão alcançar os países ricos quando adotarem “estratégias nacionais de desenvolvimento”. O que se poderia entender por “estratégia nacional de desenvolvimento”? Para Bresser (aquele que sem dúvida, apresenta-se com um dos maiores –senão o maior- dos artífices do “Novo desenvolvimentismo”) se trataria de um “conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientados para o desenvolvimento econômico”³⁶, no qual o Estado exerceria um papel central no sentido de tornar possível esse “pacto” pelo desenvolvimento econômico. Não chegaria a se constituir num projeto, porque lhe faltaria um documento (de natureza política) que descrevesse com detalhes os objetivos e as políticas a serem implementadas para atingir tais objetivos. Tratar-se-ia, segundo ele, de uma estratégia coletivamente

³⁵ Robert Boyer, um dos principais economistas da “Escola Francesa da Regulação”, ao apresentar em 2008 o texto *Globalização e Competição*, de Bresser Pereira, lança mão duas emblemáticas perguntas: “Quais poderiam ser as alianças políticas motoras desse novo-desenvolvimentismo (sic): um bloco hegemônico composto por empresários – esclarecidos-, de uma classe média e de uma burocracia weberiana portadora do interesse geral? Mas como legitimar, nas sociedades democráticas, esse programa [o novo desenvolvimentismo] junto aos menos favorecidos? A interpelação parece provocadora ao autor do livro sobre quais seriam as estratégias para construção do consenso necessário ao êxito do “Novo desenvolvimentismo”. BOYER, R. *Do Consenso de Washington à Proposta de São Paulo*. 10/12/2008 In BRESSER-PEREIRA. *Globalização e Competição*. 2010 (Prefácio) .

³⁶ BRESSER-PEREIRA. *Op cit*. 2010. P. 4.

(nacionalmente) construída que (embora reconheça os conflitos inerentes à sociedade capitalista) exigiria um razoável consenso entre seus “agentes” e “participantes” no sentido de erigir as bases para uma bem sucedida competição internacional. No bojo desta discussão, o Estado emergiria como instrumento fundamental, na medida em que a liderança desta estratégia de desenvolvimento a ser erigida caberia “ao governo e aos elementos mais ativos da sociedade civil”. O resultado deste grande acordo, ou seja, “quando a estratégia torna-se realmente nacional, quando a sociedade começa a compartilhar, frouxa mas efetivamente, métodos e objetivos, é a **aceleração do crescimento**”.³⁷ O Estado é visto necessariamente como um *ente epistemológico* neutro a ser dotado de uma “estratégia conciliada (nacional) de desenvolvimento. O conflito intra e inter classista é negligenciado por análises como a apresentada por Bresser-Pereira. Na prática, o exercício de dominação ideológica está aí, pois transforma as percepções de frações burguesas dominantes numa construção idealizada e universalizante. Estado e sociedade civil, nesta acepção teórica weberiana, tal qual apresentada por Bresser, são externos entre si, sendo o primeiro entendido como regulador dos conflitos entre indivíduos e frações de classe na sociedade civil.

O “Novo desenvolvimentismo” e seu pacto político “fundante”, segundo seus autores, se constituiria na reativa ao modelo liberal monetarista hegemonicamente apresentado pelas instituições de Washington (FMI e Banco Mundial) – a “via clássica neoliberal”. O exemplo a ser seguido era o dos países asiáticos de crescimento acelerado (Coreia do Sul e demais “Tigres asiáticos”) que, nas últimas décadas do século XX, hesitaram em adotar o receituário político e macroeconômico apontado pelo “Consenso de Washington”. Nos dizeres de Bresser:

“It is the set of ideas that enables developing nations to reject rich nations’ proposals and pressures for reform and economic policy, like capital account liberalization and growth with foreign savings, in as much as such proposals are neo-imperialist attempts to neutralize the economic growth of competing countries – the

³⁷ Idem. P. 5. Grifo meu.

practice of “kicking away the ladder” identified by Ha-Joon Chang” (2002).³⁸

É o conjunto de ideias que permite a países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e as pressões dos países ricos para a reforma e política econômica, como a liberalização da conta de capital e crescimento com poupança externa, na medida em que tais propostas são tentativas neo-imperialista que tentam neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes - a prática de "chutar a escada" identificada por Ha-Joon Chang (2002)

A “proposta de São Paulo” ou “Consenso de São Paulo”, tal qual preconizado pelo economista francês Robert Boyer – tem como marco acadêmico fundamental o projeto, financiado pela Fundação Ford, *Governança Financeira e Novo Desenvolvimentismo*. Como parte integrante deste projeto foi realizado pela Escola de Economia da FGV-SP, em maio de 2010, um grande seminário que reuniu um seleto grupo de economistas keynesianos e nekeynesianos. Neste evento foram lançadas as chamadas “dez teses para o ‘Novo desenvolvimentismo’” em resposta ao “fracasso” da agenda liberalizante do “Consenso de Washington” às dificuldades impostas à economia global pela crise financeira iniciada por pela falência do banco de investimentos *Lehman Brothers* nos EUA, em setembro de 2008. Um dos principais articuladores (senão o principal) para realização do evento foi o professor emérito da FGV-SP e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. As “dez teses do Novo desenvolvimentismo” se apresentam como uma sistematização, *à posteriori*, dos argumentos de natureza macroeconômica defendidos pelos artífices desta “nova estratégia de desenvolvimento” e já sumariamente apresentados neste texto. Basilares para as “teses do Novo desenvolvimentismo” são: o reconhecimento do estratégico papel do Estado (bem como de suas instituições) para promoção do crescimento econômico com “equidade social”, o controle sobre as taxas de juros realizadas pela autoridade monetária e sobre a taxa de câmbio, capaz de fomentar a

³⁸ Utilizei nesta passagem o original inglês para ser mais fiel ao argumento do autor e evitar imprecisões na tradução já que se faz também, na citação, referência ao economista político sul coreano Ha Joon Chang. BRESSER-PEREIRA. 2009. P. 17.

expansão industrial calcada em bens de médio e alto valor agregado (à luz do que fora feito pelos países asiáticos de crescimento acelerado).

Chama-nos a atenção os signatários das “dez teses para o Novo Desenvolvimentismo”. Figuram entre eles (além de Bresser) economistas que nas últimas décadas se destacaram como analistas de sólida formação acadêmica e protagonistas do debate sobre as opções de desenvolvimento adotadas no país. Cito, em especial, Luis Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Ricardo Bielschowsky, Luciano Coutinho, Franklin Serrano e Yoshiaki Nakano (restringimo-nos aos principais).³⁹ Economistas de diferentes opções políticas, ideológicas e partidárias, mas que (no campo da economia política e da macroeconomia do desenvolvimento) convergiram, de forma evidente, na construção do *consenso* “Novo desenvolvimentista”. Apresentado como resposta à ortodoxia convencional e ao “fracasso” da agenda liberalizante e monetarista predominante no Brasil, no final do século XX.

6- A convergência de Bresser-Pereira ao “novo desenvolvimentismo” dos Governos Lula (2003-2014) e Dilma Rousseff I (2011-14):

No plano político eleitoral, certamente, o melhor exemplo dessa convergência do agora “ex-tucano” Luiz Carlos Bresser-Pereira, com os postulados da coalizão governista encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, foi sua declaração pública de voto na candidata Dilma Rousseff, ocorrida semanas antes do primeiro turno das eleições presidenciais. Num enxuto, mas revelador artigo da nova opção eleitoral do ex-ministro, Bresser justificava seu voto na reeleição da candidata petista com argumentos semelhantes àqueles utilizados para justificar o “pacto político” subjacente à “estratégia novo desenvolvimentista”.

³⁹ Não podemos deixar de fazer referência a intelectuais (economistas e cientistas políticos) que também ocupam papel de destaque na discussão sobre o papel do Estado neste contexto do “Pós Consenso de Washington”. Cito intelectuais do porte de Eli Diniz, Robert Boyer, Ha Joon Chang, José Antonio Ocampo e Linda Weiss. Analistas de diferentes matizes teóricas e formações distintas, mas que também são signatários das “Dez teses do Novo Desenvolvimentismo”. Para lista completa dos signatários das teses do “Novo Desenvolvimentismo” ver www.bresserpereira.org.br. *Ten Theses on New Developmentalism*.

Alegando também sua decepção com o fato do PSDB “ter dado uma forte guinada à direita”, que, segundo seu lamento, “deixara de ser um partido de centro esquerda”⁴⁰ e ter abandonado qualquer perspectiva nacional, o ex-ministro avança na publicidade de seus argumentos em prol da estratégia “novo desenvolvimentista”, convergente, salvo alguns elementos microeconômicos, com a perspectiva do primeiro governo Dilma Rousseff.

O cerne do argumento reitera a tecnicidade econômica da retórica do ex-ministro em torno do modelo proposto. Reconhece as pressões e os limites da ação governamental para tomar medidas que considera necessárias para garantir a retomada do investimento, principalmente na indústria produtora de bens de médio e alto valor agregado. Taxa de câmbio, redução das elevadas taxas de juros e equilíbrio fiscal, elementos importantes na “estratégia novo desenvolvimentista” são retomados por Bresser:

“A esquerda associada ao PT está muda, perplexa; a direita liberal supõe que basta apenas fazer um ajuste fiscal para resolver o problema. Embora um ajuste fiscal seja essencial para a política novo desenvolvimentista de colocar os preços macroeconômicos no lugar certo, apenas esse ajuste não basta. Será necessário também baixar o nível das taxas de juros e depreciar a taxa de câmbio para que a taxa de lucro seja satisfatória e as empresas voltem a investir. Só assim a economia brasileira deixará de estar a serviço de rentistas e financistas, como está há muito tempo, e os interesses dos empresários ou do setor produtivo da economia voltem a coincidir razoavelmente com os interesses dos trabalhadores”.⁴¹

A opção por Dilma Rousseff é justificada, pois a mesma seria “dotada de coragem, determinação, espírito republicano e orientada por um padrão moral elevado” e contaria com “alguns políticos de boa qualidade”⁴². Embora não fale textualmente no artigo para *Carta Maior*, o que o Bresser aponta é para a grande capacidade do PT e da coalizão governista de “amaciar” conflitos de classe, bem como a capacidade que os governos petistas possuíram em se consolidar como governos dotados de sólida base sindical (a CUT

⁴⁰ A mesma tônica dos argumentos apresentados em 2011 à Maria Inês Nassif na famosa entrevista dada ao jornal *Valor Econômico*, onde declara seu desligamento do PSDB. “Meu voto em Dilma”. *Carta Maior*. 14-set-2014. Disponível em bresserpereira.org.br.

⁴¹ *Idem Ibidem*

⁴² *Idem Ibidem*.

e sua filiação governista). De fato, esse é o elemento histórico que viabilizaria o “novo pacto” de classe demandado pela “estratégia” do “novo desenvolvimentismo”.

7- A crítica ao “novo desenvolvimentismo”: A pobreza do “neokeynesianismo”.

Finalmente a terceira e última hipótese que sustenta nossa análise gira em torno a *desconstrução* da ideia de “novo desenvolvimentismo” defendida, nos dias atuais, pelo ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado. Esta “estratégia nacional de desenvolvimento” tal qual aclamada pelo atual coalização governista e que atraiu para si intelectuais como Bresser-Pereira, primeiro: Nada possui de “novo” e, exceto por políticas anticíclicas setoriais, que garantiram importantes subsídios e crédito para parcelas da população brasileira outrora distante deste mercado consumidor, nada possui de “desenvolvimentista”. Nossa crítica se assenta nos argumentos e exposição de economistas como Reinaldo Gonçalves, que ressalta a ideia de “desenvolvimentismo às avessas”⁴³ nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Por que não há nada de novo? Por que os argumentos de Bresser-Pereira em torno do “novo desenvolvimentismo” são, na prática, uma ressignificação do “social liberalismo” tal qual preconizado por ele para o PSDB nos anos noventa, à época à frente da coalizão liberal conservadora que controlava o aparelho de Estado. Bresser desliza sua retórica para o campo econômico, na busca por um distanciamento crítico ao modelo macroeconômico implementado pelo governo Cardoso, naquela década. Devemos afirmar que, de fato, Bresser nunca fora (como mostramos no capítulo 2 da tese) um economista filiado às teses da ortodoxia neoclássica, embora no plano político fizesse parte do primeiro escalão de um governo que adere integralmente aos postulados neoliberais, privatistas e rentistas. Não podemos deixar de grifar que o modelo de reforma do Estado tal qual idealizado por

⁴³ *Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas*. Set/2011. Paper para publicação, disponível em http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf.

Bresser e outros “sociais liberais”⁴⁴ que ocuparam espaço no MARE ou que, de alguma forma, fizeram uma explícita interlocução com Bresser, na universidade e fora dela, estava absolutamente coadunado como o modelo societário liberal apresentado como caminho para inserção subordinada do Brasil no capitalismo global. A aparente “esquizofrenia” do discurso do ex-ministro Bresser, nos dias atuais, se esvai na medida em que compreendemos a totalidade do que fora aquele modelo. Hoje, na tentativa de se afastar das críticas (acertadas) à sua adesão ao neoliberalismo, Bresser se apresenta como um expoente da “macroeconomia do desenvolvimento”, um economista que estaria “se reencontrando” com seu passado desenvolvimentista e keynesiano. No momento em que PT e seus aliados convergem na elaboração de políticas de corte keynesiano (ainda que parcialmente), ou melhor, na medida em que investem na recuperação relativa do aparelho de Estado para coordenação de uma economia de mercado e “costuram” de forma habilidosa a noção de “pacto de classe” em nome de uma “estratégia de desenvolvimento”, atraem Bresser para este campo. Apesar de não existir uma filiação ou identidade partidária entre PT e Bresser-Pereira, ou entre este a coalizão governista atual, a convergência, no campo das ideias (traduzidas num esboço de programa) se torna muito clara.

Por outro lado, o “desenvolvimentismo” de Bresser pode ser colocado em xeque, na medida em que o modelo macroeconômico dos governos Lula e Dilma na prática não encetou “grandes transformações nas relações de poder no Brasil, não promoveu reversão de tendências estruturais, como apregoa economistas como Aloízio Mercadante⁴⁵ e, por ultimo não houve predomínio absoluto da visão desenvolvimentista”. Como bem expõe Gonçalves, o “nacional desenvolvimentismo” no sentido clássico “tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (ISI- industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural”.⁴⁶ Os

⁴⁴ Tal qual apresentado por Rodrigo Castelo. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo. Expressão Popular. 2013. Bresser-Pereira seria um dos expoentes desta “miséria ideológica” da economia do bem estar social no Brasil. P.341-367. Outro texto do mesmo autor que converge com nossa hipótese é *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano* In CASTELO, R. (org). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010. P. 191-211.

⁴⁵ *As Bases do novo desenvolvimentismo*. Já citado. 2010. Tese.

⁴⁶ Gonçalves. *Op cit*. 2011.

governos Lula e Dilma fizeram exatamente o contrário, “ ‘nacional desenvolvimentismo’ com ‘sinal trocado’, visto que a conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao que seria [similar] o projeto nacional-desenvolvimentista. Em contraste no governo Lula [e Dilma] verifica-se a dominação financeira [rentista]”.⁴⁷ Dominação esta que repercutiria diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do Brasil. O próprio Bresser-Pereira em suas análises sobre a macroeconomia do período reconhece que as taxas de câmbio relativamente apreciadas operadas nos governo Lula e Dilma, desestimulariam a indústria e comprometeriam “a competitividade” das exportações industriais brasileiras. Aliadas a isso, taxas de juros realizadas no Brasil, ainda altas criariam restrições de monta para o investimento privado industrial.⁴⁸

8- Comentários finais:

A análise em tela se propôs a reconstruir o itinerário da categoria “novo desenvolvimentismo” na produção recente do economista e ex-ministro de Estado Luiz Carlos Bresser-Pereira. O professor emérito da FGV-SP (detém este título desde 2005) se apresenta como um intelectual orgânico (no sentido gramsciano da expressão) na elaboração dos termos do “novo” pacto de classe “desenvolvimentista” que ganha fôlego após o consenso da crítica aos postulados do “Consenso de Washington”, que encetou no Brasil e em outros países em desenvolvimento, sob ascendência de organismos multilaterais como o FMI e Banco Mundial, reformas macroeconômicas de natureza ortodoxa, privatista e que privilegiou, sobretudo, o rentismo de grandes fluxos do capital financeiro. Bresser se comporta como um intelectual que constrói ideologicamente as bases de uma “estratégia nacional de desenvolvimento” fundada no pacto de classes e numa proposta pretensamente “pós neoliberal”. O cerne do nosso argumento está centrado na

⁴⁷ *Idem Ibidem*. Para os termos deste debate Gonçalves lança como referência as análises de FILGUEIRAS, L. et al. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007 e CARCANHOLO, M. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula* In *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Garamond. 2010. P. 109-132.

⁴⁸ *Coerência acima do Consenso*. Entrevista de Bresser-Pereira a André Siqueira, Helio Campos Mello e Nirlando Beirão. 2012. Disponível em www.brasileiros.com.br.

hipótese de que, na prática, a “macroeconomia do desenvolvimento” buscada por Bresser é a ressignificação (em outros termos) do corolário *gerencialista* e “social liberal” defendido por ele quando esteve à frente do projeto de reforma do Estado levado a cabo no 1º governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Bresser desloca sua retórica, outrora politicista, gerencial e centrada na ideia de reforma da administração pública para análises de natureza macroeconômica que, mesmo sem sustentação teórica, servira para publicizar uma agenda política e econômica que apresentaria algumas nuances em relação à ortodoxia neoclássica predominante até os primeiros anos do século XXI. Mesmo sem romper com o tripé proposto por esta ortodoxia convencional (superávit fiscal, metas de inflação e política monetária restritiva) a nova agenda apresentada por Bresser na sua produção acadêmica recente busca dar conta do que passaria a ser chamado de “novo desenvolvimentismo”.

De fato, este “novo desenvolvimentismo” não apresentaria nada de novo e na da de desenvolvimentismo, na medida em que não reverteu tendências estruturais da economia brasileira, não primou pela estratégia de ampliação do parque industrial brasileiro, promoveu um movimento de reprimarização da economia, movido, em boa medida pela alta valorização das commodities no mercado mundial. E, por fim, ampliou o grau de vulnerabilidade externa da economia externa, não rompendo com os fundamentos das políticas monetária e fiscal que priorizaram a acumulação rentista do capital.

Neste movimento Bresser passara a convergir com economistas keynesianos interlocutores de uma agenda de desenvolvimento “pós consenso de Washington”, ou seja (pretensamente) pós ortodoxia neoclássica. É neste contexto que observamos a aproximação do ex-ministro e fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à coalização governista que chega do poder com a eleição de Lula, em 2002. Esse movimento é lento, não linear e não imediato, mas à medida que os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff I (2011-2014) passam a promover políticas anticíclicas que garantem a expansão da demanda interna agregada e a reestruturação relativa do aparelho de Estado brasileiro (desmontado na década anterior), Bresser passa a figurar como defensor ativo da “agenda desenvolvimentista” e pactuadora de classes predominante nos últimos 12 anos. Intelectual orgânico por adesão que buscara consolidar nos meios

acadêmicos e fora deles um consenso mínimo em torno de uma agenda que ensinaria o tão propalado “desenvolvimento com equidade social”, na prática, uma nova face mais refinada da dominação burguesa no Brasil.

9- Referências Bibliográficas (em ordem alfabética):

ARCARY, V. *Um Reformismo quase sem Reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução brasileira*. São Paulo. Sundermann editora. 2012.

BOYER, R. *Do Consenso de Washington à Proposta de São Paulo*. 10/12/2008 In BRESSER-PEREIRA. *Globalização e Competição*. 2010.

BRESSER-PEREIRA. L. C. “Meu voto em Dilma”. *Carta Maior*. 14-set- 2014.

_____. “O Novo Desenvolvimentismo”. *Folha de São Paulo*. 19/09/2004.

_____. *Globalização e competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso e outros não*. São Paulo. Campus/Elsevier. 2010.

_____. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Textos para discussão; EESP-FGV, Novembro de 2010.

CARCANHOLO, M. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula* In *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Garamond. 2010.

CASTELO, R. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

_____. *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano* In CASTELO, R. (org). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010.

CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*: São Paulo: UNESP. 2004.

DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2007.

ERBER, F. *As Convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: Um ensaio de economia política*. Versão modificada do artigo publicado na Revista *Insight Inteligência* (Ano XI, nº44, março de 2009).

EVANS, P. “Análise do Estado no Mundo Neoliberal: Uma abordagem institucional comparativa”. *Revista de Economia Contemporânea*. Nº 4, Jul-Dez. de 1998.

FILGUEIRAS, L *et al.* *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

FIORI, José Luis. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Record. 2002.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ, Fundo de Cultura, 1961.

GONÇALVES, R. *Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas*. Set/2011.

PAULANI, L. D. “Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), out-dez/2003.

_____. “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” *Crítica Marxista*. Unicamp. Nº 19. Jun/2006.

_____. “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento” In OLIVEIRA, F; BRAGA, R & RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial. 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A política econômica deles, e a nossa.... uma resenha de A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais”. *Revista de Economia Contemporânea*. vol.11 nº3 Rio de Janeiro Set-Dez. 2007.

OLIVA, Aloízio Mercadante. *As Bases do Novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Unicamp/Instituto de Economia. 2010.